

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.651 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2003

Guerra não interessa ao Brasil, afirma Amorim aos senadores

Em depoimento no Plenário do Senado, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, observou que raras vezes na história a diplomacia brasileira se viu confrontada com uma situação tão séria de risco de guerra como a protagonizada agora pelos Estados Unidos e Iraque. Vários senadores participaram do debate com o ministro.

José Cruz



O Brasil insistirá no caminho da paz, disse Celso Amorim (E) na reunião presidida por Suplicy e acompanhada por Paim (D). Os rumos da política externa brasileira foram debatidos no Plenário do Senado



Célio Azevedo

PÁGINAS 4, 5, 6 E 7

Ana Júlia propõe discutir papel de agência reguladora

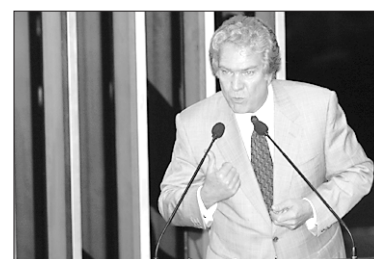
A senadora Ana Júlia Carepa defendeu a realização de estudos para melhorar o funcionamento das agências reguladoras. Essas agências, lembrou a senadora, foram criadas para proteger os interesses dos usuários de serviços privatizados e fiscalizar atividades econômicas.

PÁGINA 3

Malta: salários mais altos podem combater corrupção em presídios

Ex-presidente da CPI de Combate ao Narcotráfico da Câmara dos Deputados, o senador Magno Malta afirmou que o caminho mais rápido para o fim da corrupção nos presídios será a elevação dos salários de guardas, carcereiros e agentes de segurança. O senador Eduardo Suplicy comentou, em discurso no Plenário, o crescimento da violência no Rio de Janeiro.

PÁGINA 2



José Cruz

Costa afirma que imposições na época das renegociações inviabilizaram vários estados

Hélio Costa anuncia projeto que dá alívio financeiro a estados

PÁGINA 3



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Efraim prometeu que fará uma oposição atenta mas disposta a colaborar com o governo Lula

Efraim: oposição será ao governo, não ao país

Uma oposição atenta, vigilante, firme, "mas igualmente disposta a colaborar em tudo que disser respeito ao interesse público", foi prometida ontem pelo senador Efraim Morais (PFL-PB) ao governo Lula. Ele se disse satisfeito por ver que o presidente da República "tem demonstrado visão ecumênica e suprapartidária, em busca de resultados positivos para a sociedade brasileira", e anunciou que fará oposição ao governo, não ao país.

— De minha parte, integrante de um partido de centro, comprometido com a democracia e com a inclusão social, não tenho dúvidas em apoiar as metas já sinalizadas pelo presidente. Não tenho dúvida de que esse é o caminho do bom senso e do bem comum, cujo adversário maior é a insensatez, à direita ou à esquerda.

O senador lembrou que o PT rejeitou as mesmas reformas que agora defende, entre elas, a previdenciária, a tributária, a trabalhista e a política. Mas destacou que "os convertidos" devem ser recebidos "como filhos pródigos". E recomendou que se somem forças para que o Brasil avance e saia do quadro de inércia e dificuldades em que se encontra, "fruto exatamente de problemas estruturais que se acumulam há décadas e para cuja solução não foi possível até aqui somar forças políticas majoritárias para equacioná-los pacificamente".

Malta tem proposta contra a corrupção nos presídios

Aumento da remuneração dos guardas, carcereiros e agentes de segurança é o caminho para enfrentar problema, afirma senador

O senador Magno Malta (PL-ES), ex-presidente da CPI de Combate ao Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, afirmou ontem que o caminho mais rápido para o fim da corrupção nos presídios é a elevação dos salários dos guardas, carcereiros e agentes de segurança.

— Se Fernandinho Beira-Mar agiu de dentro dos presídios, o problema está do lado de fora. O problema está nas pessoas que guardam esses traficantes. Um homem preso não consegue fazer nada se não tiver ajuda de fora. Com salários diferenciados, poderemos resolver rapidamente o problema da corrupção nos presídios — defendeu.

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de acelerar a construção de cinco presídios federais para receberem crimino-



Segundo Malta, fugas ocorrem porque há ajuda de funcionários dos presídios

sos perigosos foi elogiada pelo senador. Ele recomendou ao presidente, no entanto, que a administração dos novos presídios seja terceirizada, por entender que a polícia que prende não deve vigiar o preso.

— É a mesma coisa que ocorre com as corregedorias das polí-

as. O corregedor não pode ser da carreira da polícia, porque ele terá dificuldades para investigar e propor punição severa aos policiais corruptos. Ele tem família, é conhecido dos policiais e sabe que foi indicado para o cargo politicamente e pode voltar ao convívio dos antigos policiais.

Magno Malta sustentou que o Congresso tem de rever seus conceitos sobre segurança nacional e deve pensar nas Forças Armadas na hora de determinar quem deve combater o narcotráfico no país. Pediu ainda à Câmara que vote com rapidez vários projetos que ajudarão a combater a criminalidade, inclusive a revisão do Código de Processo Penal, de 1941. "Hoje, o criminoso sabe que não cumprirá integralmente sua pena. Ele sabe que vai ficar uns anos na cadeia e será solto. Isso é um incentivo ao crime."

Suplicy critica declaração do prefeito César Maia

Ao manifestar sua preocupação com o aumento da violência no estado do Rio de Janeiro, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou discordar de declaração dada em entrevista à Rádio CBN pelo prefeito da capital fluminense, César Maia. O prefeito revelou que, se fosse governador do estado em 11 de setembro de 2002, quando traficantes chefiados por Fernandinho Beira-Mar se rebelaram em Bangu I, teria mandado o Batalhão de Operações Especiais (Bope) invadir o presídio, sem se preocupar com as conseqüências, inclusive matando.

— O prefeito tem razão quando diz que existe um vazio de autoridade no Rio. Mas tomar medidas

enérgicas para combater o crime organizado não significa dar à polícia autonomia para sair matando. Nada se resolve com ações precipitadas. E como disse Sandra Carvalho, diretora da ONG Justiça Global, "declarações como essas podem estimular as pessoas a tentar fazer justiça com as próprias mãos" — alertou Suplicy.

Medidas emergenciais são necessárias para conter a violência e defender o cidadão carioca contra o crime organizado, argumentou Suplicy. Ele também informou que o governo federal concordou em colocar efetivo militar à disposição do governo fluminense, sob o comando do Exército. Suplicy acrescentou que o gover-



Para Suplicy, combate à violência não significa permitir que a polícia saia matando

no Lula tem um plano nacional de segurança pública que objetiva revitalizar as polícias e combater o crime organizado.

O senador alertou que a violência não pode ser separada da redução da renda do trabalhador.



José Cruz

Paulo Paim apóia votação dos pontos consensuais da proposta que modifica o Poder Judiciário

Paim discute com juizes reforma do Judiciário

Após encontro com o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Hugo Cavalcanti Melo Filho, o primeiro-vice-presidente do Senado, Paulo Paim, disse ontem que apóia integralmente a votação dos pontos consensuais da reforma do Judiciário, em tramitação no Senado. Hugo Cavalcanti explicou que esses pontos consensuais incluem a vedação ao nepotismo, a eleição de metade dos integrantes dos órgãos especiais dos tribunais e a ampliação da competência da Justiça do Trabalho.

O presidente da Anamatra acrescentou que a entidade também encaminhará sua posição em relação à reforma da Previdência.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2003

1º Vice-Presidente
Paulo Paim

16h — Recebe o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 — Sessão não deliberativa

Quinta-feira
10h — Sessão não deliberativa

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Raupp sugere construção do gasoduto Urucu-Porto Velho

A construção do gasoduto Urucu-Porto Velho trará desenvolvimento e empregos, afirmou o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ao lamentar que sua construção vem sendo adiada em razão de exigências do Ministério Público Federal, do Amazonas e de grupos ligados às causas ambiental e indígena.

– Não julgamos que a discussão sobre tais questões seja irrelevante. O problema é transformá-las em impasse permanente, à custa de infundáveis ações e recursos, quando as exigências le-



Segundo Raupp, obra garantirá energia elétrica e emprego

gais já foram satisfeitas – observou.

Segundo disse, há quase dois anos aguarda-se licença ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para início das obras, e havia previsões de que ainda este ano o gasoduto entraria em funcionamento.

Valdir Raupp acrescentou que “a grave crise relativa à produção de energia elétrica”, que atingiu o país, mostrou a necessidade de reestruturação profunda do setor, com a instalação, inclusive, de usinas termelétricas.

Gabardo defende novos limites para mar territorial

O senador Olivir Gabardo (PSDB-PR) pediu apoio a dois projetos de lei que apresentou ontem. O primeiro revê a projeção dos limites do mar territorial de cada estado, e o segundo regulamenta o plantio de soja transgênica no país.

Segundo disse, não se dava, antes, “muita atenção à extensão do mar territorial”. A partir da descoberta de petróleo, no entanto, o tema passou a interessar a todos os estados, já que a Constituição dá a eles o direito de receber participação na explo-



Limites atuais prejudicam alguns estados, diz Gabardo

ração petrolífera. Gabardo informou que o Paraná e o Piauí, com pequenas extensões de litoral, ficaram com mar territorial muito restrito.

Com a legalização do plantio de soja transgênica no país, o senador pretende que o Brasil se mantenha na vanguarda da biotecnologia. Para ele, “a proibição pode levar à ruína” a produção nacional de sementes, consolidada há três décadas. Atualmente, liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) impede a plantação de transgênicos.

PT pede que Conselho de Ética ouça jornalistas sobre grampo

O líder do PT, senador Tião Viana (PT-AC), encaminhou ontem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitação assinada pelos integrantes de sua bancada para que os jornalistas Luiz Cláudio Cunha e Weiller Diniz, da revista *IstoÉ*, apresentem “provas testemunhais e documentais” sobre “o envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães nos grampos telefônicos da Bahia”.

Segundo nota de Viana, os dois jornalistas apresentaram as provas a ele, ao senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e à senadora Heloisa Helena (PT-AL). A bancada



Viana teve acesso a documentos sobre grampos na Bahia

petista foi informada e decidiu fazer a solicitação ao Conselho de Ética, pedindo providências.

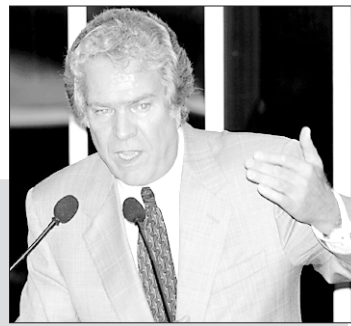
O fato de o PT ter encaminhado solicitação, e não requerimento ou representação, gerou polêmica. O presidente do Conselho de Ética,

senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), disse que o PT “não teve coragem de apresentar um requerimento”. O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Edison Lobão (PFL-MA), afirmou que a solicitação não tem a força de uma representação.

Costa propõe medida para crise financeira dos estados

Projeto reduz a 5% limite de comprometimento da receita líquida dos estados para o pagamento de dívida com a União

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) comunicou ontem ao Plenário que vai apresentar projeto diminuindo de 13% para 5% o limite máximo de comprometimento da receita líquida dos estados para pagamento da dívida pactuada com a União. Na prática, disse ele, é o mesmo Projeto de Resolução nº 39, apresentado em 1999 “com notável clarividência” pelo então senador José Alencar (atual vice-presidente da República), e que foi arquivado no fim do ano passado, sob a argumentação de que o artigo 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não permite a renegociação das dívidas estaduais. A proposta de Hélio Costa altera este artigo da LRF.



Proposição de Hélio Costa altera o artigo 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal

– Estamos pagando R\$ 130 milhões por mês de uma dívida de R\$ 31 bilhões e fomos onerados com uma multa de R\$ 36 milhões, que nos exige o pagamento de R\$ 6 milhões mensais, porque o go-

verno Itamar Franco não pôde saldar seu compromisso, em consequência da LRF – observou ele.

Segundo Costa, houve uma imposição tamanha do governo federal na época da negociação que vários estados foram inviabilizados. Entre eles está Minas, que paga juros de 7,5%, enquanto Espírito Santo e Bahia, entre outros estados, pagam 6%.

A dívida do estado, que era de R\$ 15 bilhões em 1998, disse ele, está em R\$ 31 bilhões, “o que significa 100% de lucro em cima de um dinheiro que é do povo”.

Quanto à multa, Costa solicitou ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que seja lançada no saldo devedor de Minas.

Ana Júlia quer melhorar agências reguladoras

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu ontem a realização de estudos para melhorar o funcionamento das agências reguladoras, partilhando as preocupações já externadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A parlamentar explicitou que as agências são autarquias voltadas ao exercício de atividades regulatórias essenciais à proteção dos interesses dos usuários de serviços privatizados ou para fiscalização de atividades econômicas.

A senadora mostrou-se preocupada com a situação da Centrais Elétricas do Pará (Celpa), privatizada em 1998. Ela afirmou que entrou com requerimento de in-

formações sobre a empresa na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) para ser enviado à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. Ana Júlia considera estranho que a Telebrás, que tem 34% das ações, não participe da gestão da Celpa, enquanto o Grupo Rede, outro acionista, recebeu o controle total tendo desembolsado apenas 27% do valor da empresa.

A parlamentar afirmou que, nestes quatro anos, a empresa dobrou seu faturamento bruto e substituiu quase 2 mil emprega-



Ana Júlia quer informação sobre empresa do Pará

dos por mão-de-obra mais barata. No requerimento, a senadora pergunta se existe investigação sobre remessas indevidas para o exterior pelo Grupo Rede e sobre a destinação dos recursos tomados pela empresa ao Deutsche Bank.

AMAZÔNIA

Ana Júlia informou que está enviando ao governo documento assinado pelos parlamentares da Amazônia solicitando a inclusão de um representante da região no Conselho de Desenvolvimento Social.

Serys: MT cresce, mas sofre com estrada ruim

Enquanto o estado do Mato Grosso bate sucessivos recordes de produtividade agrícola, aumentam as dificuldades de escoamento da safra, analisou ontem a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ao enumerar os problemas de infraestrutura que prejudicam o setor agropecuário.

Dados apresentados pela senadora indicam que Mato Grosso poderá se tornar a maior região produtora de soja do mundo, com



Serys revela boas notícias sobre Mato Grosso

14 milhões de toneladas de grãos este ano. Além disso, houve aumento importante na produtividade, que atingiu 3,1 toneladas por hectare. Outra boa notícia foi o crescimento, único entre os estados brasileiros, do rebanho bovino: serão um milhão de cabeças a mais este ano.

Por outro lado, os esforços de crescimento econômico, na avaliação da senadora, podem ser obstados pela precariedade da estrutura de transporte das regi-

ões Norte e Centro-Oeste.

A senadora salientou ter feito entendimentos com o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, que viabilizariam recursos para recuperar estradas.

MULHER

Serys também comunicou a realização, no dia 12, de sessão do Congresso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher (8 de março). No dia 20 será realizada a primeira reunião do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conferido a mulheres que tenham contribuído para avanços nos direitos femininos.



POLÍTICA EXTERNA EM DEBATE

Embora reconhecendo a pequena chance de que as divergências entre os governos dos Estados Unidos e do Iraque sejam resolvidas de forma pacífica, o ministro Celso Amorim deixa clara a posição do Brasil contrária à guerra. Amorim debateu ontem a questão com os senadores.

Brasil insiste no caminho da paz, diz Amorim

O Brasil insistirá em sua posição contrária à deflagração de uma guerra contra o Iraque, anunciou ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, durante audiência pública promovida no Plenário do Senado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Mas o governo brasileiro reconhece, segundo o chanceler, que hoje é pequena a possibilidade de se resolver a questão de forma pacífica.

— Raras vezes na história, a diplomacia brasileira se viu confrontada com uma situação tão séria de risco de guerra, mas até que o primeiro tiro ocorra acreditamos que a guerra seja evitável. Essa pode até ser entendida como uma atitude ingênua, mas vamos defender a paz enquanto for possível, mesmo porque essa guerra não interessa, de nenhuma maneira, ao Brasil — disse o ministro.

Segundo Celso Amorim, os problemas iniciaram-se em 1990, quando o Iraque invadiu o Kuwait, e a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou sanções contra aquele país, exigindo que as armas de destruição em massa iraquianas fossem desativadas. Como o Iraque não atendeu às determinações desde então, narrou Celso Amorim, aconteceram várias crises, impasses e dificuldades nos trabalhos dos inspetores da ONU sobre os arsenais daquele país.

Atualmente, explicou o minist-

ro, a questão principal reside no fato de os Estados Unidos alegarem que o Iraque, além de não se desarmar, teria ligações com o terrorismo e possuiria um chefe de Estado não confiável — Saddam Hussein. Por isso, acrescentou Amorim, os Estados Unidos apresentaram uma resolução ao Conselho de Segurança da ONU, com apoio da Inglaterra e da Espanha, que possibilita o uso da força contra o Iraque.

Por outro lado, esclareceu o ministro, os demais países do conselho recusaram a autorização e decidiram pela intensificação das inspeções no Iraque. Essa é, de acordo com Celso Amorim, a disposição do Brasil, que tem intensificado as conversações com os países membros do conselho, defendendo a solução pacífica.

Ele disse que a alegada falta de confiabilidade no governo de Hussein é o “verdadeiro pano de fundo que transcende as demais causas das dificuldades atuais”.

— Existe uma ambigüidade clara nesta questão. De um lado, a necessidade de desarmamento do Iraque. De outro, permanece uma dúvida quanto ao grau de confiabilidade nos propósitos de Saddam Hussein. Até o próximo dia 7 de março — quando os inspetores apresentarão um novo relatório à ONU sobre as armas do Iraque — o Brasil continuará atuando no sentido de encontrar uma saída de paz para o conflito — disse Amorim.



Celso Amorim (E) expõe posição do governo brasileiro na reunião presidida por Eduardo Suplicy

Suplicy conclama líderes a ouvir Gandhi e Luther King

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Suplicy (PT-SP), agradeceu ontem a disposição do governo brasileiro, em especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em atuar na defesa de uma solução pacífica para os conflitos entre os Estados Unidos e o Iraque.

Suplicy conclamou os líderes dos governos norte-americano, George W. Bush, e britânico, Tony Blair, a “ouvirem” os conselhos mundiais Mahatma Gandhi, da Índia, e Martin Luther King, dos Estados Unidos, que sempre recomendaram “o enfrentamento da força física com a força física da alma”.

O senador sugeriu que o presi-

dente Lula visite o Reino Unido o mais breve possível. Suplicy, que voltou da Inglaterra na semana passada, disse que as autoridades daquele país têm interesse em que Lula, pela grande visibilidade e repercussão que seus atos têm alcançado internacionalmente, expresse ao primeiro-ministro do Reino Unido “que pode haver uma solução pacífica para a crise no Iraque”.

— Constitui um anseio da Humanidade e dos povos do mundo, como ficou demonstrado em manifestações nas quais milhões de pessoas no mundo inteiro externaram sua vontade, que haja uma solução sem guerra, sem violência. Então, acho que seria interessante que o presidente Lula realizasse essa visita o quanto antes para transmitir a Tony Blair esse anseio do povo brasi-

leiro de que os governos do Reino Unido e dos Estados Unidos cheguem a um entendimento direto com o governo do Iraque, com o presidente Saddam Hussein. Acredito que o presidente Lula pode ser um fator catalisador da construção da paz — declarou Suplicy.

O presidente da CRE aproveitou para entregar uma carta ao ministro Celso Amorim em que pede providências da diplomacia brasileira sobre o caso de seqüestro do diplomata colombiano Ramiro Álvaro Eduardo Carranza Coronado, que serviu no Brasil na década de 80. Carranza, contou Suplicy, está em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) desde setembro de 2001. O diplomata é casado com uma brasileira e tem uma filha nascida no Brasil.

Comissão envia íntegra do debate a embaixadas dos EUA e Reino Unido

O presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), anunciou que irá enviar às representações diplomáticas dos Estados Unidos e do Reino Unido as notas taquigráficas com a íntegra dos debates realizados ontem em Plenário, com a presença do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, acerca da posição do governo brasileiro sobre uma possível intervenção militar no Iraque.

Durante os debates, Amorim elogiou a iniciativa da CRE de aprovar uma moção em que o Senado Federal expressa a preocupação com que acompanha o acirramento das tensões no Oriente Médio, defendendo a necessidade de utilização de meios pacíficos na resolução dos conflitos e da continuidade das inspeções patrocinadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Iraque.

Serys defende mudança de mentalidade no mundo

A senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) afirmou, durante a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no Plenário do Senado, que o mundo necessita passar por uma mudança de mentalidade e de valores. É preciso, segundo a senadora, estimular a solidarieda-



Serys: não adianta investir na sociedade da disputa

de, a fraternidade e a compreensão de que o bem maior é a vida. Para a senadora, essa é a lição que fica dos ataques terroristas sofridos pelos Estados Unidos em setembro de 2001.

— Não adianta investir na sociedade da disputa e da competitividade, nem dizer

que é o melhor belicamente e economicamente. Vejam o que aconteceu com o Pentágono e com o World Trade Center — afirmou, ressaltando que repudia os ataques, mas considera importante aprender lições com o que ocorreu.

Serys Shlessarenko disse que o mundo deve se mobilizar pela paz e pediu que todos saiam à rua em manifestações populares contra a guerra.

POLÍTICA EXTERNA EM DEBATE



No debate com o ministro das Relações Exteriores, Arthur Virgílio pregou a unidade nacional e Aloizio Mercadante apontou o Brasil como “exemplo mundial de democracia”. Hélio Costa indagou sobre os brasileiros residentes no Iraque, enquanto Flávio Arns defendeu o humanismo.

Virgílio declara solidariedade do PSDB à posição do governo em favor do diálogo

Autor do requerimento que solicitou a presença do chanceler Celso Amorim no Senado, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sustentou ontem, em Plenário, que, diante da ameaça de guerra entre Estados Unidos e Iraque, o momento pede a unidade nacional. Assim, o senador afirmou que o seu partido se solidariza com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com os diplomatas do Itamaraty na condução dos diálogos junto aos governos de outros países e à Organização das Nações Unidas (ONU).

— A posição do PSDB é a de confiar em que o governo será firme e hábil ao mesmo tempo. Firme na defesa da paz e hábil no diálogo, como um parceiro importante dos Estados Unidos. Como oposição, queremos dar toda a legitimidade para que, de maneira profissional e incisiva, o governo não perca o caminho do diálogo. Queremos dar uma contribuição para que o Brasil seja um país de posições permanentes e não de veleidades provisórias — salientou o senador, registrando que a guerra deve ampliar a turbulência na economia nacional.

Em defesa da ONU e dos contatos multilaterais, Arthur Virgílio condenou o unilateralismo nas relações internacionais. O senador lembrou a rejeição demonstrada

pelo governo passado ao terrorismo, mas observou que uma decisão dos Estados Unidos de atacar o Iraque sem respaldo internacional pode ser repetida, mais tarde, por qualquer país incomodado por um vizinho.

— O unilateralismo é a barbárie. Eu prefiro o sistema de Bretton Woods, mesmo capenga, a não termos nenhum sistema de representação internacional. Prefiro as decisões da ONU às decisões tomadas pela maior potência mundial. A tensão mundial não é boa para a paz e para o crescimento sustentável da economia — declarou Arthur Virgílio, citando os acordos firmados após a 2ª Guerra Mundial para garantir a estabilidade internacional.

O líder do PSDB destacou que iniciativas do governo anterior de importar petróleo da Argentina e de quebrar o monopólio estatal sobre o petróleo permitirão ao Brasil ultrapassar a crise no Golfo Pérsico sem se desviar de seu caminho estratégico.

Da mesma maneira que se posicionou com relação à guerra, Arthur Virgílio sugeriu que o país



Para Arthur Virgílio, o momento pede a unidade nacional

deve buscar unidade na abordagem de assuntos como a Amazônia e a integração à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), para participar de maneira mais incisiva dos debates internacionais.

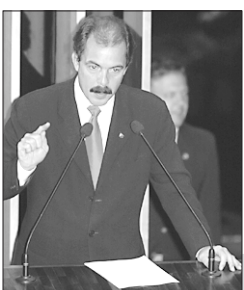
Em resposta, Celso Amorim ressaltou a importância do apoio da oposição ao governo no momento atual. Ele disse concordar com o senador em que as iniciativas do país devam ser, ao mesmo tempo, hábeis e corajosas. O ministro observou que, nesse sentido, mantém bom diálogo com os EUA e com a Inglaterra, entendendo que as preocupações não envolvem apenas a paz e o multilateralismo, mas também aspectos econômico-financeiros.

— Mantive recentemente longa conversa com Colin Powell (secretário de Estado dos EUA) para evitar equívocos de interpretações. Não há, em nossas declarações, qualquer resquício de anti-americanismo. Os interesses dos dois lados estão caminhando inclusive na Alca. Nossas posições não estão presas a preconceitos — declarou Amorim.

Mercadante: princípios de uma nação não se negociam

Os princípios de uma nação, observou ontem o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), não se compram, vendem ou negociam. O Brasil quer a paz e lutará por isso, anunciou o senador durante audiência pública com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e realizada no Plenário do Senado.

Mercadante destacou que o Brasil é um exemplo mundial de democracia e não se envolve em nenhum conflito armado há mais de



Conforme Mercadante, a guerra não interessa em nada ao Brasil

um século. Mesmo reconhecendo que o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos gerou um novo cenário mundial, no qual o combate ao terrorismo tornou-se prioridade do governo norte-americano, o senador posicionou-se contra um possível conflito no Oriente Médio.

Mercadante afirmou que a guerra não interessa em nenhum aspecto ao Brasil, nem do ponto de vista econômico e diplomático, nem do ponto de vista humano. Ele destacou que o Brasil tem fei-

to tudo que está a seu alcance pela paz — o próprio Senado, recordou, aprovou moções nesse sentido. E defendeu ainda a aprovação rápida de reformas constitucionais pelo Congresso, a fim de fortalecer o Brasil para enfrentar uma situação mundial deteriorada, caso haja mesmo um ataque norte-americano ao Iraque.

O ministro Celso Amorim concordou com Mercadante e disse que, se o Brasil participar das ações sempre com princípios firmes, será compreendido pelos outros países.

— Todos sabem que a atitude do Brasil não é demagógica e sim uma defesa de princípios — frisou Amorim.

Hélio Costa manifesta preocupação com brasileiros residentes no Iraque

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) indagou ontem ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, quais são as providências que o Brasil pretende tomar em relação aos brasileiros que residem no Iraque, caso venha a ocorrer uma guerra na região. Ele lembrou que o

Brasil não conta com representação diplomática naquele país, questionando também ao ministro as conseqüências disso.

Amorim admitiu que a ausência de uma embaixada no Iraque — fechada em 1991, durante a Guerra do Golfo — gera algumas dificuldades para tratar da questão dos brasileiros que moram naquele país, pois as providências consulares estão restritas aos contatos do governo com a embaixada brasileira em Amã, na Jordânia.



Hélio Costa lembrou que o Brasil não tem embaixada no Iraque

— Existe uma limitação real de ação e, nessas circunstâncias, a única atitude que podemos tomar é, se acionados por aqueles que querem sair do Iraque, auxiliar com gestões diplomáticas. Quanto aos que não têm tal intenção, nada pode ser feito — disse Amorim, informando que o Brasil possui apenas uma Guarda de Arquivos no Iraque.

Costa também quis saber do ministro sobre a repercussão que a ausência de uma embaixada em terras iraquianas pode ter na autenticidade das informações que chegam ao Brasil. O ministro reconheceu que uma representação diplomática em Bagdá poderia ser útil para dialogar com as autoridades iraquianas, mas lembrou que nem sempre o diálogo com aquele governo tem sido fácil.

Política externa deve enfatizar o humanismo, afirma Flávio Arns

Durante a audiência pública com o ministro Celso Amorim, ontem, o senador Flávio Arns (PT-PR) defendeu uma política externa que tenha como ênfase o humanismo, voltada para os direitos sociais dos cidadãos. Na sua opinião, a paz está mais diretamente relacionada

aos direitos sociais que a questões políticas ou econômicas.

Segundo Flávio Arns, o governo Lula já demonstrou que a sua política externa — de fortalecimento do Mercosul, de integração à Alca e de busca de parcerias com países europeus e asiáticos — deve ter impactos sociais. Nesse sentido, o senador considera que o Itamaraty tem papel fundamental nas mudanças anunciadas pelo governo.

— Tenho a esperança de que ainda possa haver saída diplomática para a retirada das tropas norte-americanas do Golfo Pérsico, já que uma intervenção unilateral não tem



Flávio Arns relaciona paz com direitos sociais

o apoio da comunidade internacional. Os líderes dos Estados Unidos e do Iraque são duas personalidades belicosas, com dificuldades de dialogar por uma cultura da paz — analisou.

Amorim concordou com a visão de Arns de que o Brasil

tem como objetivo a criação de uma cultura de paz e de que não haverá solução para o Iraque e o Oriente Médio sem essa perspectiva. A preocupação com uma ação voltada para o social e o humanismo, disse, faz parte da agenda do governo.

— A expressão mais forte do humanismo é a busca da paz. Não de forma ingênua. Queremos o desarmamento efetivo do Iraque. Se o Iraque tivesse permitido sobrevôos, entrevistas não monitoradas de especialistas e cooperado mais, não haveria necessidade da Resolução nº 1.441 e aquele país estaria em outra situação — avaliou Amorim.



POLÍTICA EXTERNA EM DEBATE

A possibilidade de sanções aos Estados Unidos no caso de invasão sem apoio do Conselho de Segurança e o prejuízo que isso representaria para a continuidade da ONU foram algumas das questões levantadas pelos senadores na audiência pública com o ministro das Relações Exteriores.

Conselho de Segurança decidirá legalidade da invasão, diz Amorim a Tião Viana

Em resposta ao senador Tião Viana (PT-AC), interessado em saber se uma eventual invasão americana do Iraque significaria ruptura com as normas internacionais e suscitaria punição aos Estados Unidos, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, destacou ontem que apenas uma decisão do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) poderá determinar se a invasão será considerada violação das normas internacionais.

— Se houver autorização do conselho, será uma invasão permitida, como em 1991, quando foi autorizado o uso de todos os meios para os Estados Unidos alcançarem seus objetivos — disse.

Amorim afirmou que, mesmo contra decisão do Conselho de Se-



Tião Viana indagou sobre possíveis sanções aos Estados Unidos

gurança, os Estados Unidos não sofreriam necessariamente sanções, uma vez que não fazem parte do Tribunal Penal Internacional.

Quando ao fundamentalismo religioso, Amorim disse acreditar que tem relação com a pobreza. Para ele, um esforço mundial no sentido de combater a miséria e a fome, como vem sendo feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, poderia ter como efeito uma neutralização da força do fundamentalismo religioso.

Ainda sobre a possibilidade de guerra no Iraque, Celso Amorim defendeu a importância de manifestações populares contra a guerra, mas observou que cada governo julga essas manifestações com seus próprios princípios.

Sanções internacionais e uso da força dependem de 15 países

O Conselho de Segurança é o órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) com poder para autorizar ações internacionais, como a imposição de sanções, o envio de forças internacionais e o uso da força contra países. É integrado por 15 países, sendo cinco membros permanentes, com poder de veto nas resoluções. São eles: Estados Unidos, China, Rússia, Grã-Bretanha e França. Os outros dez — México, Noruega, Cingapura, Síria, Bulgária, Camarões, Colômbia, Guiné, Irlanda e Ilhas Maurício — têm direito à vaga por dois anos, em sistema rotativo.

Para aprovação das resoluções são necessários pelo menos nove votos do Conselho de Segurança, desde que não haja veto dos membros permanentes. As mais extremas ações aprovadas foram contra o Iraque e a Coreia do Norte. Em 1950, o órgão autorizou o uso da força para fazer com que a Coreia do Norte retirasse suas tropas da Coreia do Sul. Em novembro de 1990, o conselho advertiu o Iraque para que desocupasse o Kuwait. O Iraque ignorou o apelo e terminou atacado por forças lideradas pelos Estados Unidos.

Fonte: BBC Brasil

Impasse político na Venezuela preocupa Romero Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) demonstrou ontem, em Plenário, grande preocupação diante do impasse que se criou na Venezuela, entre governo e grevistas, e que culminou na recente prisão de todos os líderes da greve. Ele indagou ao chanceler Celso Amorim como

a diplomacia brasileira agirá diante de um ato que a mídia internacional está classificando de “prisão política”.



Romero Jucá pode ir a Caracas para acompanhar o desenrolar da crise

sivamente aos venezuelanos decidir e encaminhar as soluções que lhe parecerem as melhores”, declarou.

Segundo Amorim, por meio do Grupo Amigos da Venezuela, o Brasil vem tentando promover o diálogo entre governo e oposição, mas sem jamais posicionar-se como interventor ou árbitro dos problemas do país vizinho. “Cabe exclu-

O chanceler acrescentou que o grupo está tentando, de maneira pública e em conversas particulares, colaborar para a criação de um clima de confiança. “O Itamaraty trabalha com a presunção de que a prisão dos grevistas foi uma decisão judicial”, afirmou.

Jucá disse esperar que o grupo seja “amigo de todos os venezuelanos”. Ele revelou que, se o impasse persistir até depois do carnaval, apresentará uma moção de protesto sobre a prisão dos líderes, devendo viajar até Caracas para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos *in loco*.

Para Simon, iniciativa isolada dos Estados Unidos significaria o fim da ONU

Durante a reunião realizada no Plenário pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ontem, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que não acredita na concretização da guerra, pois considera inaceitável que apenas um país, os Estados Unidos, contrarie a vontade geral do planeta, que pede paz.

— Estamos passando pelo momento mais cruel da história moderna do mundo, pois um presidente dos Estados Unidos, George Bush, que não possui credenciais para ocupar o cargo que ocupa, está debochando da Humanidade para mostrar o poder bélico de seu país, confrontando a posição de vários países da Organização das Nações Unidas (ONU). Mas há um mínimo de respeito que precisa ser mantido e é exatamente em relação ao Conselho de Segurança da ONU — declarou.

Simon elogiou a postura de Rússia, França, China e Alemanha, que resistem ao uso da força contra o Iraque, e repudiou a posição do Reino Unido e da Espanha, que concordam com a intenção norte-americana. O senador disse também não acreditar que a ONU irá aprovar a resolução dos EUA que prega a intervenção no Iraque e acrescentou que não consegue acreditar que o Iraque será invadido pelos norte-americanos.

— Se isso ocorresse seria o fim da ONU, portanto não creio nisso e nós aqui do Senado brasileiro nos reunimos para dizer em alto e bom som que não concordamos com a guerra — afirmou.



Pedro Simon aponta “momento mais cruel da história moderna”

Azeredo pede persistência na busca da paz e manifesta confiança no Itamaraty

Em consonância com o líder de seu partido, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) reafirmou ontem, em Plenário, que o PSDB quer se somar ao governo na busca de uma solução que interesse a toda a Humanidade nas tensões entre os Estados Unidos e o Iraque. Ele também manifestou sua preocupação com relação aos brasileiros que estão no Iraque, muitos dos quais mineiros que ajudaram a construir estradas naquele país na década de 80.

Ao mesmo tempo, Eduardo Azeredo afirmou que o mundo e o Brasil não podem esquecer dos atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, quando morreram pessoas de várias nacionalidades, inclusive brasileiros.

— A persistência na busca da paz deve ser constante. O Brasil tem tradição pacifista e de tolerância, expressa na convivência multirracial no país. Queremos enfatizar a confiança na atuação do Itamaraty e do governo na busca da paz — declarou o senador.

O ministro Celso Amorim, como já tinha afirmado em resposta ao senador Hélio Costa (PMDB-MG), frisou que o Itamaraty, mesmo sem uma representação diplomática no Iraque, irá tomar todas as iniciativas a seu alcance para proteger os brasileiros que lá estão, no caso de a guerra vir a ocorrer.



Eduardo Azeredo destaca “tradição pacifista e de tolerância” do Brasil

POLÍTICA EXTERNA EM DEBATE



Antero Paes de Barros considera que o Iraque precisa cooperar. Romeu Tuma diz que a Humanidade deve aceitar os preceitos de humildade e paz. Geraldo Mesquita e Ana Júlia pedem ao Itamaraty que se esforce para evitar a guerra. João Capiberibe teme cobiça norte-americana sobre a Amazônia.

EUA violam princípio de autodeterminação dos povos, afirma Antero

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou ontem que o Iraque precisa obedecer integralmente às resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e se desarmar, mas lembrou que exigências semelhantes feitas pelo conselho a Israel foram ignoradas.



Antero: exigências feitas a Israel não foram cumpridas

– Precisamos ser solidários com a Palestina, e não haverá paz na região se Israel também não se desarmar – observou Antero.

Para o senador, os Estados Unidos violam o princípio da autodeterminação dos povos ao pretenderem determinar que tipo de governo o Iraque deve ter. “Como o Brasil se posicionará caso os

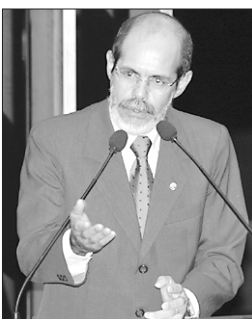
Estados Unidos invadam unilateralmente o Iraque?”, perguntou.

Em resposta, o chanceler Celso Amorim disse não ter condições de antecipar o que de fato acontecerá após uma invasão norte-americana, mas afirmou que o cenário mundial será muito grave e que a ONU sofrerá forte abalo em sua credibilidade.

Ao Brasil, observou Amorim, não restará alternativa a não ser perseverar na defesa da solução pacífica das controvérsias e insistir para que o Iraque coopere com franqueza, sem deixar dúvidas sobre suas reais intenções de se desarmar.

Mesquita acredita que povo americano não apoiará a guerra

A guerra do Vietnã foi lembrada pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) para manifestar sua opinião de que o apoio do povo dos Estados Unidos à guerra não vai durar muito tempo. Na sua análise, o governo norte-americano poderá ficar isolado e ser pressionado a sair do conflito.



Para Geraldo Mesquita, governo dos EUA pode ficar isolado

– A percepção que eu tenho é que, toda vez que os Estados Unidos se envolveram em conflitos, o povo americano, em um primeiro momento, considerava aquilo algo necessário e justo. Em um segundo momento, verificando que se tratava de algo grotesco e brutal, que atingia toda a Humanidade, ele refluiu e se colocava contra aquilo que o governo de seu país apoiava – analisou o senador, que manifestou sua satis-

fação pelo fato de o embaixador Celso Amorim ter sido escolhido como ministro das Relações Exteriores.

Ele classificou como “ridículo, se não fosse triste”, o entendimento, compartilhado pelos que defendem a guerra, de que o conflito com o Iraque na verdade seria uma iniciativa de defesa dos Estados Unidos frente a possível ataque terrorista. Isso fica claro, continuou, quando se observa os norte-americanos se preparando unilateralmente para o conflito.

O senador pediu a Celso Amorim que o Itamaraty promova todos os esforços possíveis para “evitar aquilo que se afigura como sendo um desastre de proporções que podem fugir ao controle da Humanidade”.

Tuma: tesouros da Babilônia estão ameaçados

Em nome da liderança do PFL, o senador Romeu Tuma (SP) elogiou ontem, na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a atuação da diplomacia brasileira. Ele também se manifestou preocupado com a banalização do assunto “guerra”.

– Por que se fala tanto em guerra hoje? Nós devíamos retirar essa palavra do nosso cotidiano. A Humanidade deveria adotar, realmente, os preceitos

de todas as religiões, que pregam a humildade e a paz – ressaltou o senador paulista.

Romeu Tuma também lembrou os elevados prejuízos que toda guerra acarreta para o mundo, em perdas de vidas e de recursos financeiros. No caso específico da possível guerra do Iraque, o senador observou que naquela região encontram-se te-



Romeu Tuma destaca elevados custos de uma guerra

souros históricos da antiga Babilônia, que, se destruídos, jamais poderão ser recuperados para a Humanidade.

O ministro Celso Amorim agradeceu os elogios de Tuma e concordou com sua posição quanto à necessidade de o Brasil não abalar sua relação com os Estados Unidos em função de questões dessa natureza.

Ana Júlia quer presença de senadores em Bagdá

Para a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), a diplomacia brasileira deve, com o máximo de empenho, tentar evitar a guerra entre Estados Unidos e Iraque. Ela propôs que o Brasil apóie o memorando da França, Rússia e Alemanha con-



Ana Júlia defende mais tempo para trabalho de inspetores

tra a invasão, sustente a proposta de ampliar o tempo para os inspetores da Organização das Nações Unidas (ONU) realizarem investigações e até mesmo proponha o envio de tropas de paz da ONU para o Iraque.

Segundo Ana Júlia, o Brasil não pode aceitar a atitude irresponsável dos Estados Unidos, que, depois de apoiarem

Saddam Hussein e Osama bin Laden quando lhes interessava, agora querem arrastar o mundo numa guerra para exterminá-los.

Em resposta, Celso Amorim afirmou que a diplomacia brasileira está em permanente contato com os membros latino-americanos do Conselho de Segurança da ONU – o Chile e o México – e tem trabalhado no apoio a todas as iniciativas contrárias à guerra.

– Não acredito na versão otimista de um conflito de duas semanas. Tenho convicção de que a guerra será longa, com prejuízos sérios ao Brasil em relação a investimentos estrangeiros, pre-

ços do petróleo e oportunidades para exportação – disse.

Amorim manifestou sua satisfação diante do repúdio unânime dos senadores à guerra, dizendo que essa posição fortalece sua convicção de que “vale a pena lutar pela hipótese de paz, mesmo que suas possibilidades de êxito sejam minoritárias”.

REQUERIMENTO

Ana Júlia, por meio de requerimento apresentado à Mesa do Senado, solicitou o envio de uma comissão de senadores a Bagdá, capital do Iraque, entre os dias 4 e 7 de março próximos, onde parlamentares de vários países estarão discutindo alternativas para evitar o início de uma guerra dos EUA e Grã-Bretanha contra aquele país.

Capiberibe adverte para os riscos à Amazônia

Ao se pronunciar durante a exposição do ministro Celso Amorim, o senador João Capiberibe (PSB-AP) manifestou preocupação no sentido de que a eventual decisão unilateral dos Estados Unidos de invadir o Iraque em busca do petróleo possa, no futuro, repercutir-se na Amazônia, à procura da água doce e da biodiversidade da região.

Para Capiberibe, assim como o petróleo foi o recurso natural mais relevante do século 20, a água doce será o insumo mais valoriza-

do no atual século. O senador quis saber do ministro como o Brasil poderá proteger suas riquezas.

Amorim respondeu que o Itamaraty compartilha essa preocupação e não considera que a tese seja extravagante e prematura. A diplomacia brasileira, informou, age com vigilância, em todos os foros internacionais, para garantir a le-



João Capiberibe: água e biodiversidade podem causar invasão

gitimidade da posse dos recursos naturais por parte de potências ambientais como o Brasil, para se evitar que esses recursos sejam considerados “bens da Humanidade”.

O chanceler citou os esforços do Brasil para se fazer representar, de maneira permanente, no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Agricultura será prioridade na atuação de Aelton Freitas

Princípios da sustentabilidade ambiental e social devem nortear políticas de desenvolvimento do país, afirma senador

O combate ao uso indiscriminado dos recursos naturais e a adoção do conceito de sustentabilidade ambiental e social na produção agrícola e nos demais setores produtivos devem pautar as políticas de desenvolvimento do país, afirmou ontem o senador Aelton Freitas (PL-MG), ao anunciar na tribuna do Senado as diretrizes de sua atuação parlamentar nos próximos quatro anos.

Aelton assumiu o mandato em virtude da posse do ex-senador José Alencar na Vice-Presidência da República. Depois de elogiar os esforços de Alencar em defesa dos interesses de Minas, o senador disse que o setor agrícola será uma de suas prioridades no Senado.

– A agroindústria, de todas as atividades econômicas, é a que tem



Aelton Freitas elogiou esforços de José Alencar em defesa dos interesses de Minas Gerais

o melhor perfil para simultaneamente dinamizar as exportações, equilibrar a balança comercial, gerar emprego e renda e produzir alimentos para matar a fome – afirmou ele.

O senador disse que sua experiência como prefeito de Iturama

(Triângulo Mineiro) e, posteriormente, como presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de Minas Gerais, orientou os principais pontos de sua atuação parlamentar.

– Ao término de meu mandato, deixei a cidade de Iturama com 100% de água tratada, 100% de esgotos tratados, 100% de moradias com energia elétrica, 98% das vias públicas asfaltadas, 100% das crianças na escola – destacou.

O pronunciamento recebeu a solidariedade dos outros integrantes da bancada mineira no Senado, Eduardo Azeredo (PSDB) e Hélio Costa (PMDB). Ambos ressaltaram a união em torno das matérias de interesse do estado, independentemente de possíveis divergências partidárias.

Almeida Lima pede refinaria para Sergipe

O senador Almeida Lima (PDT-SE) pediu ontem que a nova refinaria da Petrobras seja construída em Sergipe. Ele anunciou que, na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), apresentará requerimento convidando a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para mostrar seus planos para o setor.

Em defesa de Sergipe, o parlamentar disse que para se estabelecer o equilíbrio entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com o Sul e o Sudeste, é fundamental que as novas refinarias se

destinem ao Nordeste. Para reforçar a candidatura do seu estado, ele disse que o governador João Alves Filho está realizando estudos de viabilidade técnica e econômica para apresentar à Agência Nacional de Petróleo (ANP), à Petrobras e ao Ministério de Minas e Energia.

Almeida Lima disse que Sergipe possui, do ponto de vista político, social e econômico, as condições necessárias para oferecer à Fe-



Nordeste precisa ser prioridade, defende Almeida Lima

deração território para a nova refinaria. Ele ressaltou que o pleito de Sergipe não exclui o de outro estado nordestino. Se o Brasil terá um superávit da ordem de 400 a 500 mil barris de petróleo/dia em 2005 e se a capacidade das refinarias brasileiras é da ordem de 200 a 315 mil barris/dia, será necessário construir mais duas ou três refinarias no país, acredita o senador.

Para Mão Santa, Petrobras deve escolher Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou ontem que o Piauí é o estado mais indicado para a localização da nova refinaria de petróleo no Nordeste. Ele lembrou que há 20 anos se discute sobre a conveniência da refinaria na região, cujo déficit de refino é de 200 mil barris/dia.

Entre as razões para que a escolha recaia no Piauí, de acordo com o senador, destaca-se o fato da região de Paulistana, no sudoeste



Estado oferece local estratégico, afirma Mão Santa

piaiense, ser o ponto central de um semicírculo que vai de Belém a Salvador. Essa circunstância, disse ele, coloca a cidade como ponto ideal para reduzir os custos de distribuição do óleo refinado no Norte/Nordeste.

Mão Santa também observou que falta pouco para a conclusão do Porto de Luiz Correia. Segundo ele, já foram gastos mais de US\$ 200 mi-

lhões na obra, faltando apenas 10% deste valor para sua conclusão.

Do ponto de vista da justiça social, o parlamentar ressaltou que o Piauí precisa de investimentos compensatórios e, já que não existe uma política regional, os investimentos federais são necessários para reduzir “as fortes discrepâncias regionais e intra-regionais”.

O senador também se referiu a declarações da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, que afirmou que o critério a ser adotado pela Petrobras será a desconcentração do desenvolvimento.

Caminhoneiros podem parar Belém-Brasília, alerta Ribeiro

Os caminhoneiros poderão interditar a rodovia Belém-Brasília (BR-010) a partir de hoje, em protesto contra as más condições da estrada. O alerta foi feito em Plenário pelo senador João Ribeiro (PFL-TO), que cobrou do governo federal o início de pelo menos



Situação precária é a causa do protesto, diz João Ribeiro

uma operação emergencial para tapar os buracos que dificultam o tráfego na via.

– A Belém-Brasília é a espinha dorsal que liga a Região Norte a Brasília. A situação é grave nessa estrada, que inclusive teve seu acesso interdito no ano passado por causa das chuvas – disse ele.

João Ribeiro ressaltou que, se os caminhoneiros paralisarem o trânsito, o Norte do Brasil, sobretudo os estados do Tocantins e

do Maranhão, poderão enfrentar problemas de abastecimento no período de carnaval.

Preocupado com a situação da Belém-Brasília, João Ribeiro informou que acompanhou toda a bancada de Tocantins em reunião com o minis-

tro dos Transportes, Anderson Adauto, cobrando uma solução urgente para o problema. Ele explicou que embora haja previsão de liberação de recursos para a recuperação da estrada, por meio do Programa Integrado de Recuperação e Conservação da Rede de Rodovias Federais (Crema), foi pedida ao ministro uma ação emergencial para solucionar o problema dos trechos em piores condições.

Fátima Cleide defende readmissão de servidores

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) fez ontem um apelo para que o governador de Rondônia, Ivo Cassol, reveja “o ato inconsequente e irresponsável do ex-governador José Bianco, que jogou na rua milhares de servidores públicos”. De acordo com a parlamentar, a justificativa utilizada para a demissão em massa foi o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas uma comissão parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa constatou que isso não era verdade.

As demissões, segundo a senadora, geraram “uma economia mínima e um custo social enorme”, causando “degradação do serviço público e desagregação familiar”.

Fátima Cleide informou que, em dezembro último, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que o estado reintegrasse 1.200 servidores da área da saúde. O estado atendeu a determinação, mas ela se surpreendeu quando, “de forma unilateral”, o atual governo retirou os funcionários da folha de pagamento.

– A decisão do tribunal não foi



Fátima Cleide faz apelo a governador de Rondônia

revogada e, por isso, foi desrespeitada – disse a senadora.

A parlamentar afirmou que o governador, em sua campanha, prometeu não recorrer da decisão favorável aos servidores demitidos e fazer o possível para resolver essa questão – para ela, “uma das mais lamentáveis injustiças cometidas contra pessoas que dedicaram sua vida ao estado de Rondônia”.

– Minha luta ao lado dos demitidos possui capítulos dramáticos que vão desde lágrimas fartas e dolorosas até enfrentamento com a polícia, quando o governo mandou bater nos que lutavam por salário e dignidade – afirmou.

Fátima Cleide pediu que o governador “resgate o discurso de campanha e devolva a dignidade para os demitidos”. Segundo ela, uma decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o Poder Público pode fazer acordo com os servidores, já tendo havido caso semelhante em Minas Gerais.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Romeu Tuma e Rodolpho Tourinho e pela senadora Serys Slhessarenko